

economia

Indústria de Ijuí projeta crescer 90% até 2030

Fabricante de componentes para hidrelétricas busca novos mercados para manter ritmo de expansão em dois dígitos ao ano



Ana Stobbe, de Ijuí
ana.stobbe@jcrs.com.br

Fabricante de componentes para hidrelétricas, a Hidroenergia, indústria de Ijuí, na Região Noroeste Colonial do RS, aposta na transição energética para expandir suas operações. A projeção é chegar a 2030 com um aumento de 90% no faturamento, tomando o ano de 2024 como base. A expectativa é de que o valor cresça dois dígitos ao ano, em uma média projetada em 11,1% a cada exercício.

“A principal fonte de geração de energia do País é a hidrelétrica, tanto usinas grandes quanto pequenas centrais hidrelétricas (PCH), que é a nossa área. Em 2025, tivemos um leilão de venda de energia, com entregas previstas para 2030, em que 65 PCHs venderam energia. Então, só nos próximos quatro anos, são 65 novas usinas elétricas sendo construídas. Temos que estar preparados para essa demanda que vem”, avalia o diretor executivo da Hidroenergia, Rafael Kieling.

Para o executivo, os números indicam um crescimento claro do setor de geração de energia hidrelétrica no Brasil, que, na sua avaliação, tem um potencial

forte a ser explorado no segmento. No caso do Rio Grande do Sul, o destaque está tanto nas PCHs quanto nas cooperativas de geração de energia.

“A Certel (com sede em Teutônia, no Vale do Taquari) foi uma das cooperativas que vendeu energia no leilão em agosto passado. Estamos fabricando aqui os equipamentos da PCH Vale do Leite (no Rio Forqueta, entre os municípios de Pouso Novo e Coqueiro Baixo), que é uma das indústrias da Certel que será construída neste ano, com conclusão prevista para o ano que vem. E, como fornecedores, esperamos que o setor invista cada vez mais aqui no Estado, porque vemos que tem uma demanda. Hoje, o Rio Grande do Sul é insuficiente em geração de energia e as hidrelétricas, principalmente as pequenas, vêm para contribuir e mostrar a força do potencial hídrico do Estado”, acrescenta Kieling.

Há, ainda, um potencial de mercado na modernização das hidrelétricas já existentes. “O que potencializa o crescimento, além das PCHs, são investimentos em outras fontes de geração, em transmissão, novas subestações e modernização das usinas hidrelétricas. No Brasil, tem algumas muito antigas. Na América Latina, também tem uma força nesse sentido. Estamos mo-

dernizando três usinas hidrelétricas na Argentina, atualmente”, relata o gestor.

A internacionalização é justamente estratégica nesse sentido. O processo foi iniciado nos anos 2000 de maneira mais incipiente, com ações pontuais, como o fornecimento de componentes ao Japão. Mas, a partir de 2015, a exportação se mostrou promissora e, hoje, atinge mercados especialmente na América Latina, em países como Argentina, Equador, Colômbia, Peru, Chile e República Dominicana.

A Hidroenergia já está com uma expansão em curso. Neste primeiro momento, entre valores já desembolsados ou em execução, o montante soma R\$ 8,36 milhões, utilizados na verticalização da produção e na modernização das plantas fabris. O valor foi obtido via agência de fomento Badesul.

Entretanto, é esperado, também, um aporte de R\$ 5 milhões para ampliação da planta atual, em Ijuí, com foco na fabricação de turbinas e geradores, que, hoje, ocupa uma área de 15 mil metros quadrados. Ainda está sendo buscada a viabilização do projeto.

A Hidroenergia conta com 239 profissionais, sendo que 40% representa a mão de obra técnica, com engenheiros, projetistas, trabalhadores industriais e de



Hidroenergia ocupa área de 14 mil metros quadrados no Norte do RS

obra. Boa parte desses servidores especializados, foi formada localmente, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui).

Mas a parceria entre as instituições vai além: há um projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em desenvolvimento.

A partir da união, foi criado um sistema com sensores inteligentes, comunicação com banco de dados na nuvem e visualização em dashboard em aplicação web.

O projeto atende a escala TRL – que mede a maturidade de uma tecnologia – em grau 9, o mais elevado, e já foi vali-

dado em laboratório e em campo. A iniciativa busca sanar a demanda por sistemas de automação e supervisão para usinas hidrelétricas.

Os produtos fabricados pela Hidroenergia para hidrelétricas

- Turbinas Hidráulicas
- Geradores Síncronos e Assíncronos
- Hidromecânicos, condutos e equipamentos de levantamento
- Sistemas auxiliares mecânicos e elétricos
- Reguladores de Velocidade
- Reguladores de Tensão
- Painéis de proteção, comando e automação

Receita de royalties do petróleo dispara com guerra e bate recorde de R\$ 8 bi em maio

/ COMBUSTÍVEL

A arrecadação com royalties sobre a produção de petróleo disparou após o início da guerra no Irã e atingiu recorde em maio, com mais de R\$ 8 bilhões. A receita extra beneficia o governo federal e deve ajudar o Rio de Janeiro a fechar o ano com déficit bem inferior ao previsto.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), a arrecadação com os royalties de maio somou R\$ 8,2 bilhões. É um aumento de 68% em relação ao mês anterior, quando os efeitos da guerra ainda não eram sentidos nessa receita.

Os royalties são pagos dois meses após a produção efetiva do petróleo e do gás natural. Isto é, o pagamento de maio corresponde à produção de março, quando a

cotação internacional do petróleo já operava acima dos US\$ 100 por barril, influenciando o preço do petróleo produzido no país.

Segundo a ANP, por exemplo, o preço do petróleo de Búzios, o campo que mais paga royalties no País, subiu de R\$ 2.181 por metro cúbico para R\$ 3.204 por metro cúbico entre fevereiro e março. É uma alta de 47%.

Apenas em maio, esse campo garantiu aos cofres públicos quase R\$ 2 bilhões. Nele, a Petrobras produziu, em média, 886 mil barris de petróleo por dia, o equivalente a um quinto da produção nacional.

A União, maior beneficiária, ficou com R\$ 2,5 bilhões em royalties em maio. Os recursos são divididos entre investimentos em educação e saúde, o comando da Marinha, o Ministério de Ciência e Tecnologia e fundos especiais

para gerir os recursos do petróleo.

A receita com royalties é importante especialmente para o estado do Rio de Janeiro, beneficiado pelos campos gigantes do pré-sal. Em maio, os cofres estaduais receberam R\$ 1,8 bilhão dessa rubrica, segundo os dados da ANP.

A perspectiva é que os valores permaneçam altos, já que as cotações internacionais seguem em alta e a produção nacional vem batendo sucessivos recordes. Além disso, as petroleiras pagam outra compensação chamada participação especial, calculada a cada trimestre, que também crescerá com o petróleo mais caro.

“O governador (interino, Ricardo Couto) deve estar rindo de orelha a orelha”, diz o ex-diretor-geral da ANP David Zylbersztajn. “Ele já vem cortando despesas e vai entrar receita extraordinária muito boa”.

De fato, o governo estadual finaliza os cálculos de uma nova projeção de déficit, menor do que os R\$ 19 bilhões previstos no início do ano. Segundo o secretário de Fazenda, Guilherme Mercês, a meta é, com medidas adicionais, “entregar o estado no azul” para o próximo governo.

As medidas passam pelo reforço no combate à sonegação de impostos. “Já estamos trabalhando e vamos intensificar as ações para aumento da arrecadação de ICMS sem aumento de impostos. Não ficaremos dependentes de royalties”, diz Mercês.

Municípios fluminenses em frente ao pré-sal também ficaram com parcelas relevantes. Maricá, na região metropolitana, por exemplo, arrecadou R\$ 361 milhões no mês. Sua vizinha Saquarema, o segundo maior arrecadador do país, ficou com R\$

303 milhões.

Somados, o governo estadual e os municípios do Rio ficaram com quase a metade dos royalties arrecadados no mês. A elevada concentração dos recursos é tema de embate entre o estado e outras unidades da federação.

No início do mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou após 13 anos julgamento de ação movida por estados produtores contra lei que redistribuiu os recursos, transferindo parte da renda a estados não beneficiados. O debate foi suspenso por pedido de vista do ministro Flávio Dino.

Os não beneficiados alegam que o petróleo é um recurso de todos os brasileiros e, portanto, deve beneficiar a todos. Argumentam ainda que a concentração de riqueza do petróleo impediu o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro.